


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001626-83.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **José Carlos Barreto e outro**
 Requerido: **Tover Transportes Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

José Carlos Barreto e Robinson Donizete Maciel ajuizaram, pelo rito sumário, ação de reparação de danos materiais e morais, causados por acidente de trânsito, em face de **Tover Transportes Ltda.** e de **José Aristodemo Ferraz**. Aduzem, em síntese, que Robinson Donizete Maciel trafegava em rodovia com seu veículo quando foi atingido por um caminhão de propriedade da primeira requerida e conduzido pelo segundo requerido, ocasionando o acidente e o óbito da passageira do automóvel. Afirma que o primeiro requerente era pai da vítima, vivenciando estado depressivo, necessitando inclusive de auxílio médico. Pugna pela procedência da ação e pela condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por dano material em valor não inferior a dois salários mínimos até que a vítima do acidente complete 70 anos, além de indenização ao segundo requerente no importe de R\$12.376,00, ao pagamento de indenização por danos morais em valor não inferior a cem salários mínimos, bem como a condenação ao pagamento de custas processuais. Juntou documentos às fls. 13/43 e 51/68.

Citados (fls. 74/75), os requeridos apresentaram contestação promovendo denunciação da lide face à Seguradora Generali Brasil Seguros S.A. e apontando ilegitimidade ativa do segundo requerente. Postula a improcedência da demanda ou o reconhecimento da culpa concorrente do primeiro requerente na ocorrência do ilícito e a fixação dos danos corporais em valor condizente com a realidade (fls. 76/81).

Deferiu-se a denunciação à Seguradora Generali Brasil Seguros S.A (fl. 102) que, citada (fl. 110), apresentou contestação contrapondo as alegações inicialmente narradas (fls. 112/126).

Réplica pelos autores (fls. 183/187).

Instados à especificação de provas (fl. 190), os autores postularam o depoimento pessoal do requerente Robinson e a produção de prova documental, testemunhal e pericial (fls. 198/199). Silentes os requeridos (fl. 200).

Decisão saneadora a fl. 201 a qual afastou a preliminar suscitada e deferiu a produção de prova oral.

Em audiência procedeu-se à oitiva das testemunhas e, declarada encerrada a instrução processual, concedeu-se o prazo de cinco dias para apresentação de alegações finais (fl. 222).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tover Transportes Eireli e José Aristodemo Ferraz manifestaram-se às fls. 256/266. Não houve manifestação nos autos pelos requerentes (fl. 267).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Restou amplamente caracterizada a culpa dos requeridos pelo acidente que vitimou Mirian Aparecida Borges Barreto, filha do primeiro requerente.

O laudo elaborado pela polícia técnico-científica é conclusivo ao mencionar que, no momento da colisão, o veículo conduzido pelo segundo requerente encontrava-se à esquerda do caminhão, embasando a narrativa dos autores (fl. 59). A testemunha Paulo Henrique, que presenciou o acidente na condição de passageiro do veículo modelo Ômega, asseverou que o requerente Robinson promovia ultrapassagem permitida pela faixa da esquerda, quando sofreu o impacto do caminhão lateralmente a sua direita. Essa versão foi corroborada pela do próprio condutor do veículo, Robinson.

Apresenta-se patente, em consequência, o direito à indenização por dano moral ao primeiro requerente, José Carlos Barreto. A esse respeito: *“DANOS MORAIS. Desnecessidade de comprovação efetiva dos danos morais. Falecimento de filho e irmão das coautoras. Dor e sofrimento presentes. Valor equivalente a duzentos salários mínimos é suficiente em atenção às peculiaridades do caso concreto. Função reparatória e pedagógica da indenização.”* (TJ-SP - APL: 40202109020138260602 SP 4020210-90.2013.8.26.0602, Relator: Azuma Nishi, Data de Julgamento: 06/07/2017, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/07/2017).

O dano moral decorre diretamente do ato praticado pelos réus, o qual ocasionou a morte da filha de José Carlos Barreto ensejando, por si só, a percepção da indenização pretendida.

O dano moral, em casos da espécie, não depende de demonstração; sua existência é presumida.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano.

Considerando sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, mas não o enriquecer. Nesse sentido, parece razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a conduta dos requeridos, a capacidade econômica das partes – registrando-se, nesse particular, que os requerentes declararam-se incapazes de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu sustento - e o abalo psicológico sofrido por José Carlos, em montante equivalente a R\$ 100.000,00, mostrando-se adequada a importância sugerida na inicial e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Aplica-se à espécie a Súmula 246 do STJ, mostrando-se necessário o abatimento de eventuais valores recebidos a título de DPVAT, o que deverá ser apurado em cumprimento de sentença, na forma do artigo 509, §2º, do Código de Processo Civil.

De outra parte, o pedido de pensionamento não merece procedência, uma vez que o requerente não comprovou nos autos eventual remuneração recebida pela sua filha, nem qualquer contribuição em pecúnia para o sustento do lar. Ao revés, todas as testemunhas, bem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

assim o requerente, mencionaram que a adolescente "*fazia bicos no lava-rápido*" onde o coautor Robinson era empregado.

Passo ao dano material suportado pelo segundo requerente.

A prova coligida é insuficiente para a consecução do direito postulado. O autor não figura como proprietário no Certificado de Registro do Veículo acostado à fl. 39 e não produziu prova oral que indicasse a tradição, e consequentemente, a propriedade do mesmo. Assim, não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

Quanto à lide secundária, na data do acidente existia efetivamente contrato de seguro com cobertura para danos sofridos por terceiros. Nesse aspecto, verifico que a denunciada deverá arcar com o pagamento dos danos meramente materiais, haja vista exclusão expressa dos danos morais da cobertura securitária no contrato firmado com a empresa requerida (fl. 129). A responsabilidade regressiva atinge, também, a condenação sucumbencial suportada pela litisdenunciante, por tratar-se de decorrência lógica da cobertura securitária.

Está demonstrada, portanto, a responsabilização da seguradora, em regresso, pela quantia a ser desembolsada pela primeira requerida, sua segurada. Referida responsabilização deve limitar-se à cobertura da apólice.

Posto isso, A1) **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a lide principal para condenar os réus Tover Transportes Ltda. e José Aristodemo Ferraz, solidariamente, a pagar ao primeiro autor JOSÉ CARLOS BARRETO a importância de R\$ 100.000,00, a título de indenização por danos morais, atualizada pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e acrescida de juros de mora de 1% ao mês ambos incidentes a partir da publicação desta sentença, devendo ser abatidos os valores percebidos a título de DPVAT, se o caso, tudo a ser apurado em cumprimento de sentença. Afasto o pedido de pensionamento. A sucumbência do autor é mínima, de modo que os réus arcarão com custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do valor da condenação. A2) **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de danos materiais formulado por ROBINSON DONIZETI MACIEL. Sucumbente, arcará com custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do proveito econômico pretendido (R\$ 12.376,00), observada a gratuidade que lhe foi concedida (CPC.Art. 98, §3º). B) **JULGO PROCEDENTE** a lide secundária para reconhecer a responsabilização da denunciada "Generali Brasil Seguros S.A.", em regresso, pela condenação suportada pelo denunciante em razão dos danos materiais devidos ao segundo requerente e das verbas sucumbenciais devidas, no limite previsto na apólice, devidamente atualizado. Sucumbente, arcará a seguradora com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios fixados, por equidade, em R\$ 1.500,00, atualizando-se a partir desta data.

Interposta apelação, intime-se a parte contrária para apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com nossas homenagens, observadas as cautelas de praxe.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 12 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA